



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM Nº 227/2022

Florianópolis, 4 de agosto de 2022.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto contendo as Alterações 4.558 e 4.559 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração 4.558 visa a estabelecer, de forma expressa, a possibilidade de delegação, por parte dos Gerentes Regionais, da competência para a prática de atos referentes ao regime especial do devedor contumaz, em especial a competência para intimação, enquadramento e aplicação do regime de estimativa, previstos no Capítulo LXX do Título II do Anexo 6 do RICMS/SC-01. A previsão expressa de tal prática tornará o gerenciamento do regime especial mais rápido e eficiente, possibilitando maior atenção e pronta resposta a eventuais dúvidas, questionamentos e alegações dos contribuintes enquadrados. Deve ser ressaltado que a presente alteração não estabelece ou amplia qualquer benefício fiscal, de forma que não se vislumbra qualquer óbice ao seu prosseguimento decorrente da legislação eleitoral.

3. A Alteração 4.559 visa a, tão somente, atualizar referência prevista no art. 29 do Anexo 11 do RICMS/SC-01. Tendo em vista a revogação do Ato COTEPE 009/2008 e a publicação do Ato COTEPE 044/2018, que passou a dispor sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), tal atualização se faz necessária.

Respeitosamente,

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado
Florianópolis/SC

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

REDAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO PROPOSTA	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
RICMS, ANEXO 6, TÍTULO II, CAPÍTULO LXX	ALTERAÇÃO 4.558	JUSTIFICATIVA
Art. 413.	<p>Art. 413-A. A competência para a prática dos atos constantes deste Capítulo poderá ser delegada a autoridade fiscal subordinada ao Gerente Regional por meio de termo publicado na Pe/SEF.</p> <p>Parágrafo único. O termo de que trata o <i>caput</i> deste artigo definirá o prazo e os limites da delegação.</p>	<p>A Alteração 4.558 visa a estabelecer, de forma expressa, a possibilidade de delegação, por parte dos Gerentes Regionais, da competência para a prática de atos referentes ao regime especial do devedor contumaz, em especial a competência para intimação, enquadramento e aplicação do regime de estimativa, previstos no Capítulo LXX do Título II do Anexo 6 do RICMS/SC-01.</p> <p>A previsão expressa de tal prática tornará o gerenciamento do regime especial mais rápido e eficiente, possibilitando maior atenção e pronta resposta a eventuais dúvidas, questionamentos e alegações dos contribuintes intimados e/ou enquadrados.</p> <p>Deve ser ressaltado que a presente alteração não estabelece ou amplia qualquer benefício fiscal, de forma que não se vislumbra qualquer óbice ao seu prosseguimento decorrente da legislação eleitoral.</p>
RICMS, ANEXO 11, TÍTULO II, CAPÍTULO IV	ALTERAÇÃO 4.559	JUSTIFICATIVA
Art. 29. Para geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD) o contribuinte deverá observar as especificações técnicas contidas no Manual de Orientação do Leiaute da EFD instituído pelo Ato Cotepe nº 009/2008,	<p>Art. 29. Para geração de arquivos da EFD, o contribuinte deverá observar:</p> <p>I – as especificações técnicas contidas no Manual de Orientação do Leiaute da EFD, instituído pelo Ato</p>	<p>A Alteração 4.559 visa a, tão somente, atualizar referência prevista no art. 29 do Anexo 11 do RICMS/SC-01. Tendo em vista a revogação do Ato COTEPE 009/2008 e a publicação do Ato</p>

as orientações do Guia Prático da EFD publicado no Portal Nacional do SPED e as instruções específicas para contribuintes estabelecidos no Estado previstas em portaria do Secretário de Estado da Fazenda.	<p>COTEPE/ICMS nº 044/2018;</p> <p>II – as orientações do Guia Prático da EFD publicado no Portal Nacional do SPED; e</p> <p>III – as instruções específicas para contribuintes estabelecidos no Estado previstas em Portaria do Secretário de Estado da Fazenda.</p>	COTEPE 044/2018, que passou a dispor sobre as especificações técnicas para a geração de arquivos da Escrituração Fiscal Digital (EFD), tal atualização se faz necessária.
CLÁUSULA DE VIGÊNCIA	REDAÇÃO PROPOSTA	JUSTIFICATIVA
	Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.	Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir da data de publicação.